DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS/MA

TERCEIROS

Volume: 11 - Número: 926 de 6 de Dezembro de 2023

DATA: 06/12/2023

APRESENTAÇÃO

É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao principio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO

Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio https://pedreiras.ma.gov.br/diariooficial.php , podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIDIOCIDADE

Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS

Tel: 99991260981

E-mail: diario@pedreiras.ma.gov.br

ENDEREÇO COMPLETO

Av. Rio Branco, nº111, Pedreiras - MA, 65725-000, CEP: 65.725-000, Horário de Funcionamento Segunda A Sexta Das 08:00 Às 14:00 Horas.

RESPONSÁVEL

Prefeitura Municipal de Pedreiras





ISSN 2764-7129

Assinado com assinatura digital e carimbo de tempo por: José Anderson da Silva Lima - CPF: ***.389.343-** - em 06/12/2023 16:59:23 - IP com n°: 192.168.3.11 - www.pedreiras.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1889

SUMÁRIO

LICITAÇÕES

- EXTRATOS DE CONTRATOS: 20230699/2023 EXTRATO DE CONTRATO
- EXTRATOS DE CONTRATOS: 20230700/2023 EXTRATO DE CONTRATO
- EXTRATOS DE CONTRATOS: 20230701/2023 EXTRATO DE CONTRATO
- EXTRATOS DE CONTRATOS: 20230704/2023 EXTRATO DO CONTRATO

EDITAL

■ EDITAL DE CREDENCIAMENTO FUP: 005/2023 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2023



SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - LICITAÇÕES - EXTRATOS DE CONTRATOS: 20230699/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20230699/2023 . PARTES: SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO e a empresa: V N CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ 17.509.460/0001-42. OBJETO: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção de poços artesianos com fornecimento de materiais e equipamentos atendendo as necessidades da Prefeitura M unicipa 1 de Pedreiras/MA, conforme PREGÃO Nº PE 048/2022 -SRP e proposta apresentada. BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei nº 8.666/93 e suas alterações. VALOR: R\$ 122.002,65 (cento e vinte e dois mil, dois reais e sessenta e cinco centavos). D OTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2023 Atividade 0208.151220002.2.031 Gestão da secretaria de Infraestrutura e urbanismo , Classificação e econômica 4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente, Subelemento 4.4.90.52.99, no valor de R\$ 122.002,65. VIGÊNCIA: 07 de Novembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023. SIGNATÁRIOS: O Srº. MARCOS BRUNIERI DE FREITAS - Sec. Mun.de Infraestrutura e Urbanismo, pela Contratante e a Srª. VICENTE CURVINA NETO, pela contratada. Pedreiras - MA, 07 de Novembro de 2023. MARCOS BRUNIERI DE FREITAS Sec. Mun.de Infraestrutura e Urbanismo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA - LICITAÇÕES - EXTRATOS DE CONTRATOS: 20230700/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20230700/2023 . PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS e a empresa: PRECISION SOLUÇÕES EM DIAGNOSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ 10.430.441/0001 -87. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de reagentes e serviços para bioquímica, hematologia e imunologia, com fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, para atender as necessida des do Fundo Municipal de Saúde de Pedreiras/MA, conforme PREGÃO Nº PE 049/2022 -SRP e proposta apresentada. BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei nº 8.666/93 e suas alterações. VALOR: R\$ 142.375,50 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e sete nta e cinco reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2023 Atividade 0217.103010006.2.065 Gestão do PAB - Ações e Serviços de Saúde da Atenção Básica, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.35, no valor de R\$ 93.863,80, Exercício 2023 Atividade 0217.101220002.2.058 Gestão do Fundo Municipal de Saúde, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.35, no valor de R\$ 48.511,70. VIGÊNCIA: 20 de Novembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023. SIGNATÁRIOS: O Srº. ARILENE BEZERRA OLIVEIRA LEITÃO - Secretária Municipal de Saúde, pela Contratante e a Srª. SORMANE SILVA SANTANA, pela contratada. Pedreiras - MA, 20 de Novembro de 2023. ARILENE BEZERRA OLIVEIRA LEITÃO Secretária Municipal de Saúde.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LICITAÇÕES - EXTRATOS DE CONTRATOS: 20230701/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20230701/2023 . PARTES: FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA e a empresa: A. DE A. MARTINS EIRELI, inscrita no CNPJ 39.372.769/0001 -76. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de ares -condicionados, destinados a suprir as necessidades do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) do Município de Pedreiras/MA, conforme PREGÃ O Nº PE 051/2022-SRP e proposta apresentada. BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei nº 8.666/93 e suas alterações. VALOR: R\$ 99.450,00 (noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2023 Atividade 0219.123610008.2.087 Gestão do ensino fundamental - Fundeb 30%, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente, Subelemento 4.4.90.52.99, no valor de R\$ 49.150,00, Exercício 2023 Atividade 0219.123650008.2.089 Gestão do ensino infantil p ré-escola - Fundeb 30%, Classificação econômica 4.4.90.52.99, no valor de R\$ 50.300,00. VIGÊNCIA: 13 de Novembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023. SIGNATÁRIOS: O Sr.(a) DAVID WINSTON LIRA XIMENES - Secretário Municipal de Educação, pela Contratante e a Sr.(a) ALICE DE ALENCAR MARTINS, pela contratada. Pedreiras - MA, 13 de Novembro de 2023. DAVID WINSTON LIRA XIMENES Secretário Municipal de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA - LICITAÇÕES - EXTRATOS DE CONTRATOS: 20230704/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20230704/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1702001/2022. PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS e a empresa DICOREL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ 19.086.670/0001 - 09. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de medicamentos, para a tender as necessidades do município de Pedreiras/MA. VIGENCIA: 30 de Novembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023. VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.900,00 (dezesseis mil, novecentos reais). DOTAÇÃO: Exercício 2023 Atividade 0217.103010006.2.065 Gestão do PAB - Ações e Serviços de Saúde da Atenção Básica , Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.37, no valor de R\$ 16.900,00. MODALIDADE: PRE GÃO Nº PE 012-2022-SRP. Pedreiras - MA, 30 de Novembro de 2023. ARILENE BEZERRA OLIVEIRA LEITÃO, Secretária Municipal de Saúde. Pedreiras - MA, 30 de Novembro de 2023. ARILENE BEZERRA OLIVEIRA LEITÃO Secretária Municipal de Saúde.

FUNDAÇÃO PEDREIRENSE DE CULTURA E TURISMO - EDITAL - EDITAL DE CREDENCIAMENTO FUP: 005/2023

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2023

A Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA, por intermédio da Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo torna público, para o con hecimento dos interessados, que realizará CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA ATUAREM COMO PARECERISTAS NA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS CULTURAIS QUE IRÁ COMPOR A COMISSÃO JULGADORA DOS EDITAIS, com esteio na Lei Complementar nº 195/2022, denominada Paulo Gustavo, Decreto Municipal nº 343/2023 e Lei Municipal nº 2.334/20, cujo objetivo é viabilizar o investimento direto no setor cultural, assegurando medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionaliza ção do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



- 1.1. As inscrições para o presente Edital se encontrarão abertas no período de 06 de dezembro de 2023 a 15 de dezembro de 2023 e s erão gratuitas.
- 1.2. A documentação relacionada neste edital para fins de credenciamento deverá ser protocolada presencialmente na sede da Prefeit ura Municipal de Pedreiras/MA, no endereço Avenida Rio Branco, s/n, Centro ou via protocolo online da Prefeitura Municipal de Ped reiras, no site https://pedreiras.ma.gov.br/cultura.php por meio do login de cada cadastrado no mapa cultural.
- 1.3. Os trabalhos serão conduzidos por uma Comissão Julgadora, composta por servidores da Fundação Pedreirense de Cultura e Turism o FUP, que irá aferir a documentação apresentada pelos interessados.
- 1.4. Pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados formalmente, em documento enviado para o e -mail cultura@pedreiras.ma.gov.br devendo ser informado o número deste edital, os quais serão respondidos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos.
- 1.5 Este Edital será publicado no Diário Oficial do Município https://www.pedreiras.ma.gov.br/diariooficial.php e no site da Pre feitura Municipal de Pedreiras/MA https://pedreiras.ma.gov.br/cultura.php.

2. DO OBJETO

- 2.1 Constitui objeto deste Edital o credenciamento de pessoas físicas, brasileiros e maiores de 18 anos com comprovado conhec imento e atuação na área cultural indicada abaixo, para exercerem as atividades de avaliação técnica de projetos culturais inscritos nos editais da Lei Complementar nº 195/2022 Lei Paulo Gustavo.
- 2.1.1 A pessoa interessada poderá requerer sua inscrição na condição de Microempreendedor Individual MEI.
- 2.2. Os profissionais serão credenciados e habilitados para emissão de PARECER nas áreas culturais a seguir indicadas:
- a) Audiovisual;
- b) Cultura Tradicional Popular;
- c) Artesanato;
- d) Dança;
- e) Musica;
- f) Teatro;
- g) Artes plásticas e visuais.
- 2.3. O credenciamento dos profissionais poderá ocorrer em mais de uma área cultural, de acordo com o interesse e com a docume ntação apresentada pelo candidato, que será analisada e pontuada de modo individual para cada área pretendida.
- 2.4. Para emissão do parecer de avaliação dos projetos devem ser observados os seguintes quesitos:
- a) Qualidade do Projeto Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto;
- b) Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município;
- c) Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto;
- d) Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto;
- e) Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto;
- f) Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas;
- g) Trajetória artística e cultural do proponente;
- h) Contrapartida.
- 2.5. O credenciamento e a posterior prestação de serviços não gerarão qualquer vínculo funcional ou obrigação trabalhista para com a Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA.

3. DA VIGÊNCIA DO EDITAL E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Este Edital terá vigência a partir da data de sua publicação, por no máximo 01 (UM) mês.
- 3.2. O Edital e os anexos estarão disponíveis aos interessados através do endereço eletrônico: https://pedreiras.ma.gov.br/cu ltura.php
- 3.2.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:
- a) Anexo I Formulário de inscrição;
- b) Anexo II Modelos de declarações;
- c) Anexo III Ordem de execução de serviços;
- 3.3. A revogação deste edital dependerá de prévia publicação, podendo ser por conveniência ou oportunidade, utilizando -se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição, e dependerá de justificativa fundamentada.
- 3.4. A avaliação dos documentos referentes às inscrições será realizada em até 03 (três) dias uteis, contados a partir do enc erramento das inscrições quando serão analisados, observada sempre a impessoalidade como princípio essencial.
- 3.5. Antes de efetuar a inscrição no processo de credenciamento, o interessado deverá conhecer o Edital em sua íntegra e certifica r-se de que preenche os requisitos exigidos.
- 3.6. Os credenciados integrarão o Banco de Pareceristas da Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo FUP e poderão ser convocados para contratação, a qualquer tempo, de acordo com a área cultural em que o parecerista foi credenciado, e de acordo com a necessid ade da Administração Pública, avaliada a conveniência, oportunidade e disponibilidade financeira orçamentária.
- 3.7. A Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo FUP se reserva o direito de convidar outros profissionais para atuarem como pareceristas, na ocorrência dos seguintes casos:
- I. Quando não houver inscrições suficientes no Edital de Credenciamento;
- II. Quando não houver profissional com o perfil adequado ao projeto específico;
- III. Quando houver desistência de participação ou pendências na documentação necessária à contratação e não houver suplentes crede nciados.
- 3.8. O credenciamento de parecerista não implica na obrigatoriedade de disponibilização de projeto (s) ao credenciado, nem ac arreta direito à remuneração a qualquer título, ficando qualquer pagamento condicionado à efetiva prestação dos serviços no atendimento da dem anda de projetos inscritos nos editais da Lei Complementar nº 195/2022 Lei Paulo Gustavo.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para pagamento dos serviços prestados decorrentes da presente Ordem de Serviço correrão à conta da seguinte d otação orçamentária:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Cultura

Orçamento: Fiscal

Objeto: Auxílio financeiro para aplicação em ações emergenciais que visem a combater e mitigar os efeitos da pandemia da covi d-19 sobre o setor



cultural de Pedreiras - MA. Fonte de Recurso: 1715000000

Transferência Setor Cultura LC195/22 audiovisual.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 5.2 A participação dos profissionais neste credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecid as neste edital.
- 5.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situaçõe s a seguir:
- a) Estejam cumprindo as penalidades previstas no artigo 87, incisos III e IV da Lei Federal nº. 8.666/93;
- b) Não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações e no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;
- c) Aquele que seja servidor efetivo ou comissionado vinculado à Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo FUP, bem como seus cônjuges/companheiros e parentes até o terceiro grau;
- d) Não cumpram o disposto no art. 9º da Lei 8.666/1993 e alterações;
- e) Estejam cumprindo penalidade prevista no art. 12 da Lei 8.429/92, desde que no quadro societário da pessoa jurídica seja sóci o majoritário e caso a condenação tenha sido especificamente em relação à proibição para contratar com a Administração.

6. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

- 6.1. Para se inscrever, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:
- a) Formulário de inscrição, conforme modelo disponibilizado neste Edital;
- b) Cópia de documento de identificação oficial com foto que comprove a maioridade;
- c) Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), caso a numeração deste não esteja incluída na cópia do RG ou da CNH;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, no caso de inscrição como MEI;
- e) Documento que comprove o estado de naturalizado, se for o caso;
- f) Cópia do Cartão do Número de Identificação do Trabalhador NIT (PIS/PASEP);
- g) Indicação de banco, agência e número da conta corrente em nome da pessoa física. No caso de inscrição como MEI, indicação de banco, agência e número da conta corrente em nome da pessoa jurídica com CNPJ do MEI.
- h) Comprovante de endereço;
- i) Currículo completo;
- j) Documentação comprobatória em relação às informações apresentadas no currículo

(cópias de certificados e diplomas que comprovem a formação acadêmica, além de documentos que comprovem atuação profissional na área cultural pretendida, como portfólio com publicações/reportagens e declarações autenticadas de instituições reconhecidas na área cultur al sobre contratações e serviços prestados);

- k) Outros links ou anexos que o profissional julgue necessários para comprovação de histórico de atividades de cunho artístico e /ou cultural, compatível com a área inscrita, como declarações, certificações, dentre outros materiais (opcional);
- l) Declaração formal, sob as penas da lei, de que não é servidor efetivo ou ocupante de cargo em comissão na Prefeitura Municipa 1 de Pedreiras e que não é cônjuge ou possui vínculo de parentesco até o terceiro grau com os servidores da Fundação Pedreirense d e Cultura e Turismo FUP.
- 6.2. Será permitida mais de uma inscrição por pessoa desde que em area cultural diferente.
- 6.2.1. A mesma pessoa não poderá fazer uma inscrição como pessoa física e outra como jurídica, sendo aceita apenas a primeira inscri ção.
- 6.3. A pessoa interessada em efetuar a inscrição no processo de credenciamento é a única responsável pelos ônus decorrente da apre sentação, qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações apresentadas.
- 6.4. A inscrição que não contiver toda a documentação elencada no item 6.1 deste Edital será desconsiderada e o interessado s erá desclassificado.
- 6.5. A irregularidade dos documentos apresentados, mesmo que verificada a qualquer tempo, em especial na ocasião da assinatur a da ordem de execução de serviços, acarretará na cassação da inscrição e descredenciamento.

7. DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

- 7.1 O julgamento dos candidatos será feito individualmente pelos membros da Comissão Julgadora, que procederá à verificação da documentação e sua compatibilidade com as exigências deste Edital e decidirá pelo credenciamento no prazo de até 05 (cinco) d ias uteis.
- 7.1.1. A comissão Julgadora será designada pelo senhor Presidente da Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo FUP e publicada no Diário Oficial do Município.
- 7.2. O resultado preliminar será homologado pela Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo FUP e publicado no Diário Oficial do Município.
- 7.3. Contra decisão da Comissão Julgadora caberá recurso fundamentado à Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo, a ser apresenta do em um prazo de 3 (três) dias corridos a contar da publicação do resultado preliminar, considerando -se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão da Comissão antes do início da contagem do prazo.
- 7.4. Os recursos devem ser enviados pelo e -mail cultura@pedreiras.ma.gov.br, devendo ser observado o prazo estabelecido no item 7.3 deste edital.
- 7.5. O resultado do processo, após decididos todos os recursos, contendo os candidatos habilitados para credenciamento, será publicado no Diário Oficial do Município https://www.pedreiras.ma.gov.br/diariooficial.php e no site da Prefeitura de Pedreiras/MA https://pedreiras.ma.gov.br/cultura.php

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

- 8.1. A Comissão Julgadora irá verificar a coerência da documentação apresentada com a área cultural indicada no formulário de inscrição.
- 8.2. Os inscritos serão credenciados por meio da avaliação da qualificação técnica e da experiência profissional do interessado.
- 8.2.1. Em caso de empate será escolhido quem tiver a maior pontuação no tempo de atuação em pareceres de projetos culturais, caso pe rsista o empate será quem tiver maior idade.
- 8.3. É esperado que o profissional possua as seguintes habilidades:
- a) Domínio da legislação aplicada ao respectivo edital e mecanismos de incentivo à cultura;
- b) Capacidade de redigir textos com impessoalidade, clareza e concisão;
- c) Conhecimento de gestão de projetos culturais e elaboração de planilhas de custos;



- d) Conhecimento para a elaboração de pareceres.
- 8.4. A avaliação da qualificação técnica e da experiência profissional do interessado será realizada considerando o currículo e a documentação comprobatória enviada juntamente com o formulário de inscrição, visando a satisfação de no mínimo uma das seguintes condições :
- Para ser credenciado, o interessado deverá atender ao item 8.4 e obtiver pontuação igual ou superior a 15 pontos, de acordo c om a escala 8.5. de pontuação abaixo:

Itens	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA					
	Profissionais do setor cultural com o mínimo de 3 (três) anos de experiência em GESTÃO e PRODUÇÃO DE					
	EVENTOS na(s) área(s) cultural(is) escolhida(s). Preferencialmente, mas não exclusivamente residentes em					
01	Pedreiras/MA.					
	Profissionais do setor cultural com o mínimo de 3 (três) anos de experiência na realização de PRODUÇÃO					
	AUTORAL - produção literária, audiovisual, espetáculos, exposições próprias, etc - na(s) área(s) cultural(is)					
	escolhida(s), conjugado com formação acadêmica correlata (graduação e/ou pós graduação). Preferencialmente,					
02	mas não exclusivamente residentes em Pedreras/MA.					
	Profissionais do setor cultural com o mínimo de 3 (três) anos de experiência em ELABORAÇÃO/GESTÃO de					
	políticas de fomento na(s) área(s) cultural(is) escolhida(s), conjugado com formação acadêmica correlata					
03	(graduação e/ou pós graduação). Preferencialmente, mas não exclusivamente residentes em					
	Pedreiras.					

- 8.6. Não será atribuída pontuação às atividades desempenhadas que não forem devidamente comprovadas mediante inserção dos respecti vos anexos, considerando - se apenas a pontuação das atividades efetivamente comprovadas.
- 8.7. Somente será considerada a experiência profissional relativa aos últimos 10 anos;
- Após o recebimento das inscrições a Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo FUP realizará pré-análise de documentos e ficha de 8.8. inscrição dos candidatos apurando a devida pontuação conforme critérios indicados acima;
- Feita a apuração da pontuação obtida para cada candidato, a FUP encaminhará o resultado para conhecimento e homologação;
- 8.10. Os candidatos que zerarem o primeiro critério (Experiência comprovada no segmento artístico pleiteado) de pontuação, es tarão eliminados do processo de seleção.
- DA CONTRATAÇÃO 9
- a publicação 9.1. Após processo do resultado do de Diário Oficial credenciamento no do Município https://www.pedreiras.ma.gov.br/diariooficial.php os credenciados serão convocados para recebimento da Ordem de Serviço, de a cordo com a conveniência e necessidade da Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo, se houver demanda, respeitados os critérios estabele cidos neste Edital.
- 9.1.1. O parecerista credenciado analisará e emitirá o parecer de projetos na área de atuação específica, de acordo com a demanda da s inscrições. 9.2. A convocação para a contratação do serviço será efetuada mediante e -mail endereçado ao credenciado que deverá em 02 (dois) dias corridos apresentar as certidões de Regularidade Fiscal (Certidão Negativa de débitos junto à Receita Federal - www.receita.fazenda.gov.br; junto a Receita Estadual – www.fazenda.es.gov.br; Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – www.tst.jus.br/certidão) e Certidão de Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para o caso de MEI.
- No prazo indicado no item 7.3, o credenciado como pessoa física poderá requerer a alteração do seu cadastro para MEI, e vice -versa, desde 9.2.1. que apresente os documentos exigidos no item 6.1 e 9.3 deste edital.
- 9.2.2. É de responsabilidade de o credenciado acompanhar as comunicações enviadas a seu e -mail.
- 9.2.3. Ultrapassado o prazo indicado no item 7.3 sem que o credenciado envie a documentação ou se a documentação vier incompleta ou irregular, a Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo irá convocar outro credenciado, com base na ordem da lista de classifi cação.
- 9.3. O credenciado que não atender à convocação, sem justificativa fundamentada será deslocado da lista de classificação para o úl timo lugar.
- 9.3.1. O não atendimento com justificativa fundamentada não promoverá seu deslocamento da lista de classificação.
- 9.4. A comprovação da Regularidade Fiscal é condição necessária à execução dos trabalhos e à efetivação do pagamento pela pre stação do serviço.
- Recebida à documentação indicada no item 6.1, a Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo irá verificar a existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.5.1 Cadastro de Fornecedores do Estado do Maranhão CRC/ES;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria -Geral União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).
- 9.5.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física e também do MEI, por força do art. 12 da Lei 8.429/199 2, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Pú blico, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- Estando de acordo à documentação, será o contrato instrumentalizado por meio de ordem de execução de serviço. 9.6.
- 9.7. Os credenciados poderão ser contratados enquanto vigente o credenciamento.
- 10. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.



- 10.1. As análises técnicas serão realizadas sob o formato de parecer que deverá ser preenchido em língua portuguesa, observados os princípios da clareza, objetividade, coesão e coerência, que devem reger a redação de textos técnicos.
- 10.2. O serviço será prestado de forma online, uma vez que é permitido o credenciamento de pareceristas de qualquer localidad e, devendo o parecer ser encaminhado para a Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo.
- 10.3. O parecerista está obrigado a cumprir o prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento da Ordem de Se rviço juntamente com os projetos submetidos a sua avaliação.
- 10.4. Os esclarecimentos e análises prestados pelos pareceristas, após a emissão do parecer, não darão ensejo à nova remunera ção.

11. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

- 11.1 A contratante pagará ao Credenciado pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, vedada à antecipação do pag amento.
- 11.2 Serão selecionados 02 (dois) pareceristas, que receberão a remuneração individual de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para a análise e emissão de parecer de projetos na área de atuação específica, de acordo com a demanda das inscrições.
- 11.3 Para que o pagamento seja recebido pela Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo e efetuado, o parecerista credenciado deverá encaminhar, juntamente com o parecer, documentação comprobatória de regularidade jurídica e fiscal.
- 11.4 O pagamento será efetuado até o décimo dia útil após a apresentação do exposto no item 11.3 vedada à antecipação de paga mento.
- 11.5 O prazo para pagamento somente irá se iniciar após o recebimento do serviço prestado.
- 11.6. Decorrido o prazo indicado no item 11.4. Incidirá multa financeira nos seguintes termos:

 $V.M = V.F \times 12 \times ND$ 100 360

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

- 11.7 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do valor devido, a ser revisto e aprovado pela Con tratante.
- 11.8 A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/64.
- 11.9 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/RPA a mesma será devolvida ao contratado para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/RPA, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pel a Contratante. 11.10. É expressamente proibido o pagamento de qualquer sobretaxa em relação ao pagamento estabelecido e aceito na ordem de serviço.
- 12. DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO PARA RECEBIMENTO DE PROJETOS.
- 12.1. O profissional credenciado não poderá avaliar o processo encaminhado quando:
- 12.1.1. Houver interesse, direto ou indireto, mediato ou imediato, por si ou qualquer de seus parentes, consanguíneos ou afins, em li nha reta ou colateral até 3º grau, no projeto cultural que será analisado.
- 12.1.2. Tenha participado como colaborador na elaboração do projeto cultural faça parte da constituição da instituição proponente ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.
- 12.1.3. Esteja litigando judicial ou administrativamente com o proponente de proposta cultural ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- 12.2. Estando presente uma ou mais das situações acima, o profissional credenciado e indicado para avaliação técnica de projeto cul tural deverá imediatamente comunicar o fato à Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo, declarando -se impedido ou suspeito, informando a causa de seu impedimento ou suspeição, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 12.3. Caso o profissional declare impedido ou suspeito, o projeto será distribuído para outro parecerista credenciado seguindo a or dem classificatória, observando-se o rodízio entre os credenciados.
- 13. DAS OBRIGAÇÕES
- 13.1. DO CREDENCIADO:
- A) Manter-se, durante a contratação, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de credenciamento, respeitando os princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência;
- b) Analisar os projetos inscritos nos editais da Lei Complementar nº 195/2022 Lei Paulo Gustavo, de acordo com os quesitos definidos nas legislações pertinentes, bem como realizar a adequada fundamentação;
- c) Analisar minuciosamente a planilha de custos enviada, a fim de verificar a compatibilidade do preço indicado e o preço pratic ado no mercado em projetos similares, para que não haja superfaturamento;
- d) Assinar parecer, atas e outros documentos de registro da seleção, sempre que necessário;
- E) Participar de reuniões de alinhamento previamente agendadas pela Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo, caso necessário;
- f) Manter sigilo sobre qualquer informação constante do processo de avaliação, sob pena de responsabilidade civil, penal e admin istrativa;
- g) As atividades de análise e emissão de parecer poderão ser realizadas a distância, após a análise o parecer deverá ser protoco lado via e-mail cultura@pedreiras.ma.gov.br.
- h) Comunicar formalmente à Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo os motivos de ordem técnica que impossibilitem a conclusão do parecer, com antecedência mínima de dois (dois) dias úteis do término do prazo estabelecido para entrega do parecer, indicand o novo prazo para entrega, que será submetido à aprovação.
- 13.2. DA CONTRATANTE
- a) Disponibilizar ao parecerista as informações necessárias à execução dos serviços;
- b) Dar ciência ao parecerista, por escrito, de qualquer anormalidade que se verificar na prestação dos serviços, cabendo à contra tante corrigir



as omissões identificadas;

- c) Remunerar os serviços prestados pelo parecerista;
- d) Promover as ações de fiscalização necessárias ao fiel cumprimento da prestação dos serviços.

DO DESCREDENCIAMENTO

- 14.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº. 8.666/93 ensejará o descredenciamento do profissional, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2. A Administração poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público ou por motivo de conveniência e oport unidade, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos credenciados, mas garantindo -se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.
- 14.3. Fica assegurado ao credenciado, o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo avaliadas suas razões pela Fundação de Cul tura e Turismo, que emitirá decisão no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento.
- 14.4. O profissional credenciado poderá solicitar, por meio de oficio, a qualquer tempo, o seu descredenciamento, obedecendo ao prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos de antecedência.
- 14.5. O profissional também será descredenciado nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

15. DA RESCISÃO

- 15.1 A rescisão da ordem de serviço, que constituirá o instrumento do ajuste, poderá ocorrer nas hipóteses e condições previs tas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.
- 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
- 16.1. O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o credenciado contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes c ondições:
- 16.1.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total da Ordem de Serviço;
- 16.1.2. A aplicação da multa de mora não impede que a Prefeitura de Pedreiras/MA rescinda unilateralmente o ajuste e aplique as outra s sanções previstas neste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o contratado estará sujeito às penas previstas neste Edital. Para efeito deste Edital, por inexecução parcial compreende-se:
- a) não cumprimento do prazo para entrega da análise pelo contratado;
- b) não atendimento de solicitação formulada pela Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo tempestivamente.
- 16.3. A inexecução total compreende a não entrega da análise técnica pelo contratado.
- 16.4. Respeitados o contraditório e a ampla defesa, estará o credenciado sujeito às seguintes penas, além daquelas previstas em out ros diplomas legislativos:
- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária das atividades relativas ao credenciamento;
- c) Descredenciamento;
- d) Suspensão temporária de participação em processo de credenciamento e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com b ase na alínea anterior.
- 16.5 As sanções previstas no item 16.2 podem ser aplicadas cumulativamente.
- 16.5.1 Quando declarada a inidoneidade do contratado, a autoridade competente submeterá sua decisão à Fundação Pedreirense de Cultur a e Turismo, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.
- 16.5.2 Não confirmada à declaração de inidoneidade, competirá ao credenciador, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.
- 16.6 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada à ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do credenciamento deverá notificar o credenciado, facu ltando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, ou ainda outro meio eletrônico que comprove a ciência do notificado,
- indicando, no mínimo: a conduta do credenciado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias corridos a contar da intimação, exceto na hipótese de decl aração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- d) O credenciado comunicará ao órgão promotor deste credenciamento as mudanças de endereço ocorridas no curso deste procedimento e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Oferecido à defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do credenciamento proferirá decisão fundamentada e adotarão as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do credenciado, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere à alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.
- 16.7 Os montantes relativos às multas moratórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados do s valores devidos ao contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.
- 16.8 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do contratado, é obrig atória a cobrança judicial da diferença.
- 16.9 Constatação a qualquer tempo, de adulteração ou falsificação dos documentos apresentados ensejará a aplicação da penalidade d e suspensão temporária do direito de contratar com a Administração Pública.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 17.1. O credenciado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em q ualquer fase deste credenciamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imedia ta desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido credenciado, a rescisão do pacto e da autorização de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- O formulário de inscrição e as documentações exigidas neste edital deverão ser apresentados em língua portuguesa (Brasil). 17.2.
- 17.3. Não será concedida nenhuma forma de indenização pela não utilização dos serviços do profissional credenciado, não contratado para avaliação técnica e de mérito cultural mediante ordem de serviço.
- É vedada a cobrança de sobretaxas em relação ao valor fixado neste edital.
- 17.5. O credenciamento não gera nenhum direito subjetivo à contratação.
- 17.6. Os casos omissos serão decididos pela Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo.
- 17.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital em caso de identificação de alguma irregularidade, devendo protocolar o pedido em até 05 (cinco) dias corridos após a publicação do edital, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 0 3 (três) dias corridos. Impugnações e demais solicitações deverão ser enviadas à Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo, por meio do e -mail
- cultura@pedreiras.ma.gov.br.

Pedreiras/MA, 25 de outubro de 2023.

Vanessa dos Prazeres Santos Prefeita Municipal

Mauricio Monteiro Bezerra Presidente da FUP

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

		~~~~~		0 1 3 TD TD 1 TD 0	/ .	\ . D . D E CEDICE .
	INFORMAC	OFS DO (	A١	CANDIDATO	( A	) A PARECERISTA:
. •	II II OIUMI		4 <b>x</b> )	CHINDIDATIO	( ∡ ъ	, minuculation.

Nome:

Data de nascimento:

Nacionalidade:

CPF:

RG:

E-mail:

Logradouro:

Bairro:

Município:

CEP:

Telefone:

Sexo (masculino feminino e intersexual):

CNPJ (MEI):

#### Identidade de gênero:

- Mulher trans./Travesti (n\u00e3o se identifica com o sexo/g\u00e9nero masculino atribu\u00eddo no nascimento);
- Mulher cis (se identifica com o sexo/gênero atribuído no nascimento);
- Homem trans (não se identifica com o sexo/gênero feminino atribuído no nascimento);
- Homem cis (se identifica com o sexo/gênero atribuído no nascimento); Pessoa Não-binária (não são masculinas ou femininas, são pessoas fora do binário de gênero e da cisnormatividade);
- Não sei/Não quero informar;
- Outra.

Caso tenha assinalado "Outra", informar aqui sua identidade de gênero:

#### Comunidade Tradicional:

- Indígenas;
- Quilombolas;
- Povos Ciganos;
- Comunidades Extrativistas;
- Comunidades ribeirinhas;
- Comunidades Rurais;
- Pescadores (as) Artesanais;
- Povos de Terreiro;
- Outra comunidade tradicional;
- Não pertenço a comunidade tradicional...

#### Raça/cor:

- Branco (a);
- Preto (a);
- Amarelo (a);
- Indígena;
- Não sei/Não quero informar.

#### Grau de escolaridade:

- Nunca estudou;
- Completou o Ensino fundamental ou equivalente;
- Cursou Ensino Fundamental ou equivalente, mas não completou; Completou o Ensino médio ou equivalente; Cursou o Ensino médio completo ou equivalente, mas não completou;
- Completou a Pós-graduação (especialização/mestrado/doutorado)

; Cursou a pós-graduação (especialização/mestrado/doutorado), mas não completou;

- Não sei/Não quero informar. Estado civil:
- Solteiro (a);
- Casado (a);
- União consensual;
- Divorciado (a) / Viúvo (a);
- Não sei/Não quero informar.

### Pessoa com deficiência:

- Física;
- Auditiva;
- Visual;
- Intelectual;
- Múltipla;
- Não sou pessoa com deficiência. Principal área de atuação:
- Artes Visuais;
- Música Popular, Música Erudita;
- Teatro;
- Dança;
- Ópera;
- Circo;
- Audiovisual;
- Livro, Leitura e Literatura;
- Arte Digital;
- Arquitetura e Urbanismo;
- Design;
- Artesanato;
- Moda;
- Culturas Afro-brasileiras;
- Culturas dos Povos Indígenas;
- Culturas Populares;
- Arquivos;
- Patrimônio Material;
- Patrimônio Imaterial;
- Museus e Acervos;
- Não sei/Não quero informar;
- Outra.



Caso tenha assinalado "Outro" na pergunta anterior, informar aqui sua área de atuação. · . Currículo do candidato (anexo).					
Documentos comprobatórios das informações contidas no currículo (anexo)					
2. ÁREA DE CREDENCIAMENTO - Informe as áreas de credenciamento que deseja se candidatar.					
Selecionar as áreas de credenciamento que pretende se candidatar, de acordo com a documentação apresentada:					
Audiovisual; Cultura Tradicional Popular; Artesanato;					
3. REQUESITOS DE AVALIAÇÃO					
3.1. Selecionar o item que o profissional se enquadra:					
Itens QUALIFICAÇÃO TÉCNICA					
Profissionais do setor cultural com o mínimo de três (três) anos de experiência em GESTÃO e PRODUÇÃO DE EVENTOS na(s) área(s) cultural (si) escolhida(s).					
Profissionais do setor cultural com o mínimo de três (três) anos de experiência na realização de PRODUÇÃO AUTORAL - produção literária, audiovisual, espetáculos, exposições próprias, etc na(s) área(s) cultural (si) escolhida(s), conjugado com formação acadêmica correlata (graduação e/ou pós graduação).					
Profissionais do setor cultural com o mínimo de 03 (três) anos de experiência em ELABORAÇÃO/GESTÃO de políticas de fomento na(s) área(s) cultural (is) escolhida(s), conjugado com formação acadêmica correlata (graduação e/ou pós graduação).					
3.2 Encaminhar a documentação comprobatória:					
01 Experiência profissional em GESTÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS na(s) área(s) cultural (is) escolhida(s) - No mínimo 02 anos de experiência: 10 pontos					
01 Experiência profissional em GESTÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS na(s) área(s) cultural (is) escolhida(s) Acima de 02 anos de experiência: 01 ponto por ano.					
02 Experiência profissional em PRODUÇÃO AUTORAL na(s) área(s) cultural (is) escolhida(s) No mínimo 02 anos de experiência: 05 pontos;					
03 Experiência profissional em ELABORAÇÃO/GESTÃO de políticas de fomento na(s) área(s) cultural (is) escolhida(s) Acima de 02 anos de experiência: 01 ponto por ano.					
03 Experiência profissional em ELABORAÇÃO/GESTÃO de políticas de fomento na(s) área(s) cultural (is) escolhida(s).  - No mínimo 2 anos de experiência: cinco pontos;  Acima de 02 anos de experiência: um ponto por ano.					
04 Formação e pesquisa acadêmica correlata à(s) área(s) cultural (is) escolhida(s) - graduação e/ou pós- graduação (mínimo especialização).  Graduação e/ou pós- graduação: cinco pontos por formação realizada;  1 ponto por graduação/pós- graduação adicional.					
ANEXO II – DECLARAÇÕES:					
DECLARAÇÃO 01					
Eu,, inscrito (a) no CPF nº, DECLARO para os devidos fins que não sou servidor (a) efetivo ou ocupante de cargo em comissão na Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo e que não é cônjuge ou pos suo vínculo de					



parentesco até o ter	ceiro grau com os servio	ores da Fundação supracitada	1.		
Pedreiras/MA	_ de	de 20			
DECLARAÇÃO 2					
Eu, único (a) responsáv	rel pelos ônus decorrente	, inscrito (a) no CPF i da apresentação, qualidade v	nº, l visual, conteúdo dos arquivos	DECLARO para os devidos fi e informações apresentad as.	ns que sou o (a)
Pedreiras/MA,	_ de	de 20			
DECLARAÇÃO 3					
Eu,		, inscrito (a) no CPF	' nº	, DECLARO para os devidos er tempo, em especial na ocasi	s fins que tenh o
conhecimento de q do contrato de press	ue a irregularidade dos tação de serviços, acarre	ocumentos apresentados, me ará na cassação da minha ins	esmo que verificada a qualque crição e meu descredenciamen	er tempo, em especial na ocasi nto.	ão da assinatura
Pedreiras/MA,	_ de	de 20			

ANEXO III – MINUTA DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº  $\,$  /



A(o) Sr(a) Endereço:

CPF:

Telefone:

Autorizamos V.S.ª a prestar o serviço adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edi tal de Credenciamento nº 001/2023 e seus Anexos.

- 1. DO OBJETO: Prestação de serviços de análise técnica de mérito cultural nos projetos "......" (indicar o nome do projeto c ultural) a que lhe forem designados, mediante a confecção de Parecer.
- 2. PRAZO DE EXECUÇÃO: O parecer deverá ser entregue pelo contratado no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento d a presente Ordem de Serviços.
- 3. PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da contratação tem início no dia posterior ao do recebimento da ordem de serviço, sendo finaliz ada com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas para pagamento dos serviços prestados decorrentes da presente Ordem de Serviço correrão à conta do Programa 01502.1339200442.116 – realização e promoção de projetos sociais e culturais, Fichas 1715 -1716

- 4. DO VALOR DO SERVIÇO: Pelo serviço indicado na cláusula primeira será pago o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no prazo e forma indicado no edital de credenciamento.
- DAS OBRIGAÇÕES
- 5.1. Compete ao Contratado
- a) Manter-se, durante a contratação, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de credenciamento, respeitando os princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
- b) Analisar os projetos inscritos nos Editais da Lei Complementar nº 195/2022 Lei Paulo Gustavo, de acordo com os quesitos definidos nas legislações pertinentes, bem como realizar a adequada fundamentação para a pontuação atribuída.
- c) Assinar parecer, atas e outros documentos de registro da seleção, sempre que necessário.
- d) Analisar minuciosamente a planilha de custos enviada, a fim de verificar a compatibilidade do preço indicado e o praticado no mercado, para que não haja superfaturamento.
- e) Participar de reuniões de alinhamento previamente agendadas pela Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo, caso necessário.
- f) Manter sigilo sobre qualquer informação constante do processo de avaliação, sob pena de responsabilidade civil, penal e admin istrativa.
- g) As atividades de análise e emissão de parecer serão realizadas a distância, pela plataforma eletrônica Mapa Cultural.
- h) Comunicar formalmente à Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo os motivos de ordem técnica que impossibilitem a conclusão do parecer, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do término do prazo estabelecido para entrega do parecer, indicando n ovo prazo para entrega, que será submetido à aprovação.
- 5.2. Compete ao Contratante
- a) Disponibilizar ao parecerista as informações necessárias à execução dos serviços.
- b) Dar ciência ao parecerista, por escrito, de qualquer anormalidade que se verificar na prestação dos serviços, cabendo à contra tante corrigir as atecnias verificadas.
- c) Remunerar os serviços prestados pelo parecerista.
- d) Promover as ações de fiscalização necessárias ao fiel cumprimento da prestação dos serviços.
- 6. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
- 6.1. As análises técnicas serão realizadas sob o formato de parecer que deverá ser preenchido em língua portuguesa, observados os princípios da clareza, objetividade, coesão e coerência, que devem reger a redação de textos técnicos.
- 6.2. O serviço será prestado de forma online, uma vez que é permitido o credenciamento de pareceristas de qualquer localidade, dev endo o parecer ser encaminhado para o e -mail da Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo: cultura@pedreiras.ma.gov.br
- 6.3. O parecerista está obrigado a cumprir o prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento da Ordem de Ser viço juntamente com os projetos submetidos à sua avaliação.



- 6.4. Os esclarecimentos e análises prestados pelos pareceristas, após a emissão do parecer, não darão ensejo a nova remuneraç ão.
- DA RESCISÃO 7.
- A rescisão da ordem de serviço, que constituirá o instrumento do ajuste, poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.
- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 8.1. O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o credenciado contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:
- 8.1.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total da Ordem de Serviço;
- 8.1.2 A aplicação da multa de mora não impede que a Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo rescinda unilateralmente o ajus te e aplique as outras sanções previstas neste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;
- 8.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o contratado estará sujeito às penas previstas neste Edital.
- 8.3. Para efeito desta Ordem de Serviço, por inexecução parcial compreende -se:
- a) não cumprimento do prazo para entrega da análise pelo contratado;
- não atendimento de solicitação formulada pela Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo tempestivamente. b)
- A inexecução total compreende a não entrega da análise técnica pelo contratado. 8.4.
- Respeitados o contraditório e a ampla defesa, estará o credenciado sujeito às seguintes penas, além daquelas previstas em out ros diplomas 8.5. legislativos:
- advertência; a)
- b) suspensão temporária das atividades relativas ao credenciamento;
- c) descredenciamento:
- Suspensão temporária de participação em processo de credenciamento e impedimento de contratar com a Administração Pública Est adual, d) Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios enquanto perdurarem os motivos e) determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base n a alínea anterior.
- 8.6 Quando declarada a inidoneidade do contratado, a autoridade competente submeterá sua decisão à Fundação Pedreirense de Cu Itura e Turismo a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.
- 8.7 Não confirmada a declaração de inidoneidade, competirá ao credenciador, por intermédio de sua autoridade competente, deci dir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.
- 8.8 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
- Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do credenciamento deverá notificar o credenciado, facu ltando-lhe a) a apresentação de defesa prévia;
- A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, ou ainda outro meio eletrônico que comprove a ciência do notificado, indicando, no mínimo: a conduta do credenciado reputada como infratora, a motivação para ap licação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias corridos a contar da intimação, exceto na hipótese de decl aração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93:
- d) O credenciado comunicará ao órgão promotor deste credenciamento as mudanças de endereço ocorridas no curso deste procedimento e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- Oferecida a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do credenciamento proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do credenciado, que deverá ser exercido no se termos da Lei Federal no. 8.666/93:
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral Municipal.

- 8.9 Os montantes relativos às multas moratórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontado s dos valores devidos ao contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.
- 8.10 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.
- 8.11 Constatação a qualquer tempo, de adulteração ou falsificação dos documentos apresentados ensejará a aplicação da penalid ade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração Pública.

#### 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Esta ordem de serviço seguirá todas as regras estipuladas no edital de credenciamento respectivo, acima epigrafado, notad amente no que tange às obrigações das partes e à forma de pagamento do preço pactuado.

Declaro que recebi	o original desta	Ordem de Serviço, ciente das c	condições estabelecidas.
Pedreiras/MA,	de	de	
Contratado			

15/16

# **EQUIPE DE GOVERNO**

# Vanessa dos Prazeres Santos

Prefeito(a)

# Walber Rodrigues da Cruz

Vice-prefeito

#### Aldeclei Farias Reis

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA

#### Elcimar Silva Lima Filho

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAPP

# Irapoa Suzuki de Almeida Eloi

Procuradoria Municipal - PROCURADORIA

# José Domingos Galvão Viana

Secretaria Municipal de Juventude - SMJ

# Raimunda Nonata Pereira da Costa

Secretaria Municipal de Desporto e Lazer - SME

# Maria Vanusa Inácio Pereira Leite

Gabinete do (a) Prefeito (a) - GP

#### **Edvan Ferreira Matos**

Controladoria Municipal - CM

#### Raí Brito de Araújo

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC

# **David Winston Lira Ximenes**

Secretaria Municipal de Educação - SME

#### Elias Bento Silva

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito - SMSPT

# Márcio Francigar Furtado e Silva

Câmara Municipal de Pedreiras - CMP

#### Damião Felipe Barbosa

Secretaria Municipal de Administração - SMA

#### Gessyca Morganna Araújo Saturnino

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres - SMPM

# Jânio Luis Marques Fernandes

Secretaria Municipal de Finanças - SMF

#### Marcos Brunieri de Freitas

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SMIÚ

# Sterphanne Caroline Melo Mendes Sousa

Secretaria Municipal de Assistência Social -**SEMAS** 

# Wescley Brito da Silva

Instituto Municipal da Previdência de Pedreiras -**IMPP** 

#### Edmilson Reis de Lima

Servico Autonomo de Agua e Esgoto do Municipio de Pedreiras - SAAEMP

# Pedro Thiago Ferreira Raposo

Secretaria Municipal de Planejamento - SMP

#### Mauricio Monteiro Bezerra

Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo - FUP

#### Arilene Bezerra Oliveira Leitão

Secretaria Municipal de Saúde Pública - SMS



16/16